



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013-2026

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
UASG: 983461

## **OBJETO**

Registro de preços para futuras e eventuais prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins, destinados ao atendimento dos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos - BA, por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.

## **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 430.546,84 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 18/06/2026 às 09h00m (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM GRUPO:**

Não



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
9. DOS RECURSOS .....	18
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	18
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23



# MUNICÍPIO DE COCOS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90013-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 172-2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90013-2026

TIPO: MENOR PREÇO

O **MUNICÍPIO DE COCOS**, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 006/2024, do Decreto Municipal nº 007/2024, Decreto Municipal nº 021/2024, da Lei n.º 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, bem como da legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para futuras e eventuais prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins, destinados ao atendimento dos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos – BA, por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.
- 1.2. As empresas licitantes devem apresentar suas propostas observando exclusivamente **AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA**, considerando que estas **PREVALECERÃO** sempre sobre os dados disponíveis no Sistema do Governo Federal – Comprasgov. Portanto, as propostas devem ser elaboradas com base nos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, que servirão como parâmetros para a verificação da aceitabilidade das propostas.
- 1.3. O critério de julgamento será **por item**, conforme justificativa apresentada no Termo de Referência.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciados e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa



# MUNICÍPIO DE COCOS

condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.



# MUNICÍPIO DE COCOS

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 12 deste edital**
- 4.13.1. *O prazo para resposta do licitante quando da solicitação do Pregoeiro via chat será de até 20 (vinte) minutos, inclusive quando da solicitação para negociação, exceto os itens cujo prazo previsto é de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação.*
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

4.1.3. *Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo previsto no item do grupo em que estiver participando.*

- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.





# MUNICÍPIO DE COCOS

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**, dado que o valor dos bens em licitação, mesmo individualmente considerado, é mais elevado.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



# MUNICÍPIO DE COCOS

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.**



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
  - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
  - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
  - 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
  - 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. conter vícios insanáveis;



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.





# MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
  - 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-





# MUNICÍPIO DE COCOS

financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. ***Os documentos exigidos para habilitação contemplados no Sicaf ou não deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro.***
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o



# MUNICÍPIO DE COCOS

disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

**8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência do envio dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.**

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):**

8.14.1. *complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e*

8.14.2. *atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



# MUNICÍPIO DE COCOS

## 9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
  - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: [www.cocos.ba.gov.br](http://www.cocos.ba.gov.br).

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no site oficial do Município de Cocos-BA e/ou no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
  - 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 12.1.5. fraudar a licitação
  - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 5% (cinco) por cento do valor do contrato licitado.
  - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e





# MUNICÍPIO DE COCOS

contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. **Do Abandono da Sessão de das Sanções**

12.15.1. Considera-se comportamento inidôneo e passível de sanção o abandono da sessão pública pelo licitante, caracterizado, entre outras hipóteses, pela ausência de manifestação após a apresentação de proposta ou lance, especialmente quando convocado pelo Pregoeiro para envio de documentos, negociação, apresentação de proposta realinhada ou quaisquer esclarecimentos necessários ao regular andamento do certame.





# MUNICÍPIO DE COCOS

12.15.2. O licitante convocado que não se manifestar no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico (chat), será considerado como desistente da proposta, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis.

12.15.3. A conduta descrita no item anterior poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução total da obrigação assumida, bem como a caracterização de comportamento inidôneo, nos termos do art. 156 do mesmo diploma legal.

12.15.4. Poderão ser aplicadas ao licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa, nos termos previstos neste edital;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.15.5. A reincidência na conduta de abandono da sessão ou a sua ocorrência em momento crítico do certame poderá ser considerada agravante para fins de dosimetria da sanção.

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licitacaopmcocos@hotmail.com](mailto:licitacaopmcocos@hotmail.com).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.cocos.ba.gov.br](http://www.cocos.ba.gov.br).
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
    - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
  - 14.11.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços
  - 14.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

Cocos-BA, 01 de junho de 2026.

**Clewton Domingues de Souza**  
**Prefeito Municipal**



Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE CÔCOS**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A presente contratação tem por objeto a futura e eventual prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins, destinados ao atendimento dos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, planilha orçamentária e demais documentos integrantes do processo administrativo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTDE. ESTIMADA	V. UNIT.	TOTAL
1	Serviço de ornamentação e buffet de camarim básico	Serviço	30	R\$ 3.341,59	R\$ 100.247,70
2	Serviço de ornamentação e buffet de camarim intermediário	Serviço	22	R\$ 8.037,07	R\$ 176.815,54
3	Serviço de ornamentação e buffet de camarim premium	Serviço	15	R\$ 10.232,24	R\$ 153.483,60
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 430.546,84</b>

**1.2. Composição mínima dos camarins**

**CAMARIM BÁSICO (16 itens)**

Item	Nome	Unid	Quant	V. UNIT	V. Total
1	Decoração básica do espaço: composição simples com sofá de 03 lugares, mesas de apoio, cadeiras, tapetes e espelho de mesa, organizada de forma funcional e harmoniosa, proporcionando conforto, praticidade e ambientação adequada para recepção	SERV	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
2	Água mineral 500 ml: água potável de fonte natural, acondicionada em embalagem individual de 500 ml, própria para consumo imediato, sem gás, ideal para hidratação em eventos ou uso individual.	Unidades	24	R\$ 3,50	R\$ 84,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

3	Refrigerante em lata: bebida gaseificada, pronta para consumo, acondicionada em lata de alumínio (geralmente 350 ml), disponível em diversos sabores.	Unidades	12	R\$ 6,88	R\$ 82,56
4	Suco integral 1L: bebida natural obtida diretamente da fruta, sem adição de água, açúcares ou conservantes, preservando sabor e nutrientes originais.	Unidades	2	R\$ 14,82	R\$ 29,64
5	Cesta de frutas premium variadas, frescas selecionadas (ex.: banana, maçã, laranja, mamão, melancia, uva, abacaxi), próprias para consumo in natura, ricas em vitaminas, fibras e minerais, ideais para alimentação saudável.	UND	1	R\$ 115,00	R\$ 115,00
6	Sanduíche natural: alimento preparado com pão (integral ou branco), recheado com ingredientes leves e frescos, como frango desfiado, atum, queijo, alface, tomate e pastas. Pronto para consumo, de fácil transporte, ideal para refeições rápidas e saudáveis.	Unidades	15	R\$ 16,00	R\$ 240,00
7	Bolos em diferentes sabores (tais como chocolate, baunilha, cenoura, frutas, entre outros), preparados com ingredientes de boa qualidade. Cada unidade com peso aproximado de 400 gramas,	Unidades	3	R\$ 21,95	R\$ 65,85
8	Café preto (1L): Bebida de café coado, servida quente, com ou sem açúcar, acondicionada em garrafa térmica de 1 litro.	Litros	2	R\$ 17,99	R\$ 35,98
9	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes com peso mínimo de 5 kg, mantido em condições adequadas de higiene e conservação.	PCT.	5	R\$ 15,75	R\$ 78,75
10	Pratos Descartáveis Fundo, Diâmetro De 15 Cm, Embalado se Acondicionados Em Pacote Com 10 Unidades.	PCT.	4	R\$ 5,00	R\$ 20,00
11	Copos descartáveis com capacidade de 200 ml, acondicionados em pacote contendo quantidade padrão de unidades, em embalagem adequada para conservação e higiene.	PCT.	1	R\$ 7,99	R\$ 7,99
12	Guardanapo de Papel Folha Simples 24cm x 22cm Pacote 50 Unidades	PCT.	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
13	Talheres descartáveis (garfo, faca e/ou colher), acondicionados em pacote, em embalagem adequada para conservação e higiene.	PCT.	2	R\$ 19,00	R\$ 38,00
14	Prestação de serviços compreendendo o transporte de materiais e equipamentos, montagem e organização do espaço, bem como desmontagem e limpeza final, garantindo adequadas condições de uso, higiene e conservação.	sv	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
15	Prestação De Serviço Equipe De Apoio : Disponibilização de equipe para atendimento contínuo, durante todo o período de execução do serviço, garantindo suporte, organização e manutenção das condições adequadas do espaço.	Unidade	1	R\$ 320,32	R\$ 320,32
16	Pizza grande de sabor variado, preparada e acondicionada para consumo imediato, contendo aproximadamente 12 fatias.	Unidade	1	R\$ 67,50	R\$ 67,50
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 3.341,59</b>



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## CAMARIM INTERMEDIÁRIO (24 itens)

Item	Nome	Unid	Quant	V. UNIT	V. Total
1	Decoração intermediário do espaço: composição intermediário com sofás de 02 e 03 lugares, mesas de apoio, freezer, cadeiras, tapetes e espelho de corpo inteiro, Tabua de passar roupas, balde de gelo, micro-ondas, sanduicheira,, organizada	SERV	1	R\$ 1.925,00	R\$ 1.925,00
2	Água mineral 500 ml: água potável de fonte natural, acondicionada em embalagem individual de 500 ml, própria para consumo imediato, sem gás, ideal para hidratação em eventos ou uso individual.	Unidades	60	R\$ 3,50	R\$ 210,00
3	Refrigerante em lata: bebida gaseificada, pronta para consumo, acondicionada em lata de alumínio (geralmente 350 ml), disponível em diversos sabores.	Unidades	36	R\$ 6,88	R\$ 247,68
4	Suco integral 1L: bebida natural obtida diretamente da fruta, sem adição de água, açúcares ou conservantes, preservando sabor e nutrientes originais.	Unidades	8	R\$ 14,82	R\$ 118,56
5	Cesta de frutas premium variadas, frescas selecionadas (ex.: banana, maçã, laranja, mamão, melancia, uva, abacaxi), próprias para consumo in natura, ricas em vitaminas, fibras e minerais, ideais para alimentação saudável.	UND	3	R\$ 115,00	R\$ 345,00
6	Sanduíche natural: alimento preparado com pão (integral ou branco), recheado com ingredientes leves e frescos, como frango desfiado, atum, queijo, alface, tomate e pastas. Pronto para consumo, de fácil transporte, ideal para refeições rápidas e s	Unidades	20	R\$ 16,00	R\$ 320,00
7	Bolos em diferentes sabores (tais como chocolate, baunilha, cenoura, frutas, entre outros), preparados com ingredientes de boa qualidade. Cada unidade com peso aproximado de 400 gramas,	Unidades	6	R\$ 23,66	R\$ 141,96
8	Café preto (1L): Bebida de café coado, servida quente, com ou sem açúcar, acondicionada em garrafa térmica de 1 litro.	Litros	3	R\$ 17,99	R\$ 53,97
9	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes com peso mínimo de 5 kg, mantido em condições adequadas de higiene e conservação.	PCT.	10	R\$ 15,75	R\$ 157,50
10	Pratos Descartáveis Fundo, Diâmetro De 15 Cm, Embalado se Acondicionados Em Pacote Com 10 Unidades.	PCT.	6	R\$ 5,00	R\$ 30,00
11	Copos descartáveis com capacidade de 200 ml, acondicionados em pacote contendo quantidade padrão de unidades, em embalagem adequada para conservação e higiene.	PCT.	2	R\$ 7,99	R\$ 15,98
12	Guardanapo de Papel Folha Simples 24cm x 22cm Pacote 50 Unidades	PCT.	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
13	Talheres descartáveis (garfo, faca e/ou colher), acondicionados em pacote, em embalagem adequada para conservação e higiene.	PCT.	4	R\$ 19,00	R\$ 76,00
14	Prestação de serviços compreendendo o transporte de materiais e equipamentos, montagem e organização do espaço, bem como desmontagem e limpeza final, garantindo adequadas condições de uso, higiene e conservação.	sv	1	R\$ 853,00	R\$ 853,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

15	Prestação De Serviço Equipe De Apoio : Disponibilização de equipe para atendimento contínuo, durante todo o período de execução do serviço, garantindo suporte, organização e manutenção das condições adequadas do espaço.	Unidade	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
16	Pizza grande de sabor variado, preparada e acondicionada para consumo imediato, contendo aproximadamente 12 fatias.	Unidades	5	R\$ 67,50	R\$ 337,50
17	Água de coco natural, acondicionada em embalagem de 200ml, própria para consumo imediato.	Unidades	20	R\$ 7,60	R\$ 152,00
18	Energético lata 250 ml, bebida energética gaseificada, acondicionada para consumo imediato.	Unidades	36	R\$ 9,00	R\$ 324,00
19	Mini salgados variados, fritos ou assados tipo festa, preparados com massa e recheios diversos, podendo incluir coxinha, quibe, risole, bolinha de queijo e enroladinho, acondicionados adequadamente para consumo imediato.	Centos	2	R\$ 96,49	R\$ 192,98
20	Tábuas de frios variados, compostas por Queijos, Presunto Cozido, Salame, Azeitona E Tomate e outros frios selecionados, organizados e acondicionados adequadamente para consumo imediato.	Unidades	2	R\$ 191,00	R\$ 382,00
21	Bebida isotônica tipo Gatorade, acondicionada em embalagem plástica de 500 ml, própria para consumo imediato.	Unidades	36	R\$ 9,04	R\$ 325,44
22	Caixa de bombom sortido, contendo chocolates variados acondicionados em embalagem de 250g apropriada para consumo.	Caixas	2	R\$ 17,30	R\$ 34,60
23	Chiclete Trident, caixa com 21 unidades, sabores diversos, acondicionado em embalagem apropriada para consumo.	Caixa	1	R\$ 59,90	R\$ 59,90
24	Buffet com variedades de comidas quentes e frias, incluindo acompanhamentos, carnes, massas, saladas e guarnições diversas, servidas em rechauds para conservação da temperatura, preparado, organizado e acondicionado adequadamente para consumo imediato.	UND	20	R\$ 63,90	R\$ 1.278,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 8.037,07</b>

## CAMARIM PREMIUM (31 itens)

Item	Nome	Unid	Quant	V. UNIT	V. Total
1	Decoração de luxo do espaço composta por sofás de 02 e 03 lugares, mesas de apoio, cadeiras, poltronas acolchoadas, tapetes decorativos, espelho de corpo inteiro, freezer, balde de gelo, micro-ondas, sanduicheira, liquidificador e demais utensílios	SERV	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
2	Água mineral 500 ml: água potável de fonte natural, acondicionada em embalagem individual de 500 ml, própria para consumo imediato, sem gás, ideal para hidratação em eventos ou uso individual.	Unidades	48	R\$ 3,50	R\$ 168,00
3	Refrigerante em lata: bebida gaseificada, pronta para consumo, acondicionada em lata de alumínio (geralmente 350 ml), disponível em diversos sabores.	Unidades	36	R\$ 6,88	R\$ 247,68
4	Suco integral 1L: bebida natural obtida diretamente da fruta, sem adição de água, açúcares ou conservantes, preservando sabor e nutrientes originais.	Unidades	4	R\$ 19,30	R\$ 77,20



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

5	Bandejas de frutas premium variadas, frescas selecionadas (ex.: banana, maçã, laranja, mamão, melancia, uva, abacaxi), próprias para consumo in natura, ricas em vitaminas, fibras e minerais, ideais para alimentação saudável.	UND	2	R\$ 115,00	R\$ 230,00
6	Sanduíche natural: alimento preparado com pão (integral ou branco), recheado com ingredientes leves e frescos, como frango desfiado, atum, queijo, alface, tomate e pastas. Pronto para consumo, de fácil transporte, ideal para refeições rápidas e s	Unidades	15	R\$ 18,00	R\$ 270,00
7	Bolos gourmet em diferentes sabores (tais como chocolate, baunilha, cenoura, frutas, entre outros), preparados com ingredientes de boa qualidade. Cada unidade com peso aproximado de 400 gramas,	Unidades	3	R\$ 35,90	R\$ 107,70
8	Café preto (1L): Bebida de café coado, servida quente, com ou sem açúcar, acondicionada em garrafa térmica de 1 litro.	Litro	1	R\$ 19,82	R\$ 19,82
9	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes com peso mínimo de 5 kg, mantido em condições adequadas de higiene e conservação.	PCT.	15	R\$ 15,75	R\$ 236,25
10	Locação de pratos de porcelana contendo pratos rasos, fundos e de sobremesa, em material resistente e com acabamento refinado para utilização em eventos.	UND	30	R\$ 4,50	R\$ 135,00
11	Fornecimento de copos long drink, taças e xícaras de porcelana para café, confeccionados em material resistente, de alta qualidade e apropriados para utilização em eventos, recepções, confraternizações e demais ocasiões institucionais.	UND	30	R\$ 3,14	R\$ 94,20
12	Guardanapo de Papel Folha Simples 24cm x 22cm Pacote 50 Unidades	PCT.	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
13	Fornecimento de talheres em inox (garfo, faca e colher), confeccionados em material resistente e adequados para utilização em eventos e recepções.	UND	30	R\$ 2,30	R\$ 69,00
14	Prestação de serviços compreendendo o transporte de materiais e equipamentos, montagem e organização do espaço, bem como desmontagem e limpeza final, garantindo adequadas condições de uso, higiene e conservação.	sv	1	R\$ 925,00	R\$ 925,00
15	Prestação De Serviço Equipe De Apoio : Disponibilização de equipe para atendimento contínuo, durante todo o período de execução do serviço, garantindo suporte, organização e manutenção das condições adequadas do espaço.	Unidade	1	R\$ 602,27	R\$ 602,27
16	Pizza gourmet grande de sabor variado, preparada e acondicionada para consumo imediato, contendo aproximadamente 12 fatias.	Unidades	3	R\$ 79,00	R\$ 237,00
17	Água de coco natural, acondicionada em embalagem de 200ml, própria para consumo imediato.	Unidades	25	R\$ 11,59	R\$ 289,75
18	Energético lata 250 ml, bebida energética gaseificada, acondicionada para consumo imediato.	Unidades	40	R\$ 10,63	R\$ 425,20
19	Mini salgados variados, fritos ou assados tipo festa, preparados com massa e recheios diversos, podendo incluir coxinha, quibe, risole, bolinha de queijo e enroladinho, acondicionados adequadamente para consumo imediato.	Centos	2	R\$ 96,49	R\$ 192,98





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

20	Tábuas de frios variados, compostas por Queijos, Presunto Cozido, Salame, Azeitona E Tomate e outros frios selecionados, organizados e acondicionados adequadamente para consumo imediato.	Unidades	2	R\$ 217,00	R\$ 434,00
21	Bebida isotônica tipo Gatorade, acondicionada em embalagem plástica de 500 ml, própria para consumo imediato.	Unidades	24	R\$ 9,04	R\$ 216,96
22	Caixa de bombom sortido, contendo chocolates variados acondicionados em embalagem de 250g apropriada para consumo.	Caixas	2	R\$ 17,30	R\$ 34,60
23	Chiclete Trident, caixa com 21 unidades, sabores diversos, acondicionado em embalagem apropriada para consumo.	Caixa	1	R\$ 59,90	R\$ 59,90
24	Leite integral UHT, embalagem de 01 litro, acondicionado em caixa longa vida, próprio para consumo	Litros	2	R\$ 8,69	R\$ 17,38
25	Barra de cereal, embalada individualmente, pronta para consumo, em sabores variados e acondicionada adequadamente.	UND	15	R\$ 2,33	R\$ 34,95
26	Doces gourmet variados, preparados com ingredientes de qualidade, acondicionados adequadamente e próprios para consumo em eventos e recepções.	Unidades	50	R\$ 2,50	R\$ 125,00
27	Toalhas brancas para camarim, confeccionadas em tecido macio e absorvente, próprias para uso em recepções, camarins e eventos.	Unidades	15	R\$ 7,65	R\$ 114,75
28	Mix de castanhas, embalagem de 01 kg, contendo castanhas variadas selecionadas, como castanha-de-caju, castanha-do-pará, amêndoas e nozes, acondicionadas adequadamente, próprias para consumo e ideais para eventos, recepções e camarins.	KG.	1	R\$ 144,75	R\$ 144,75
29	Pãozinho delícia sem recheio, preparado com massa leve e macia, acondicionado adequadamente e próprio para consumo em eventos e recepções.	Unidades	40	R\$ 1,56	R\$ 62,40
30	Água mineral com gás, acondicionada em garrafa de 500 ml, lacrada e própria para consumo humano, garantindo qualidade, higiene e conservação do produto.	Unidades	24	R\$ 4,00	R\$ 96,00
31	Buffet com variedades de comidas quentes e frias, incluindo acompanhamentos, carnes, massas, saladas e guarnições diversas, servidas em rechauds para conservação da temperatura, preparado, organizado e acondicionado adequadamente para consumo imediato	UND	30	R\$ 61,95	R\$ 1.858,50
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 10.232,24</b>

1.3. Os serviços compreenderão o fornecimento de todos os materiais, alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios, itens decorativos, equipamentos e mão de obra necessários à montagem, organização, abastecimento, manutenção e desmontagem dos camarins.

1.4. A contratação será realizada, preferencialmente, por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza parcelada, variável e eventual da demanda, não havendo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados pela Administração Municipal.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

1.5. Os serviços serão executados conforme necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de serviço, observando:

- a) cronograma dos eventos;
- b) locais indicados pela Administração;
- c) quantitativos solicitados;
- d) categoria do camarim demandado;
- e) horários de montagem e execução;
- f) exigências operacionais específicas de cada evento.

1.6. A futura contratada deverá:

- a) possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto;
- b) disponibilizar equipe suficiente para execução dos serviços;
- c) garantir qualidade, higiene, organização e adequada apresentação dos camarins;
- d) responsabilizar-se integralmente pelos custos de transporte, montagem, abastecimento, reposição, desmontagem, alimentação, pessoal, encargos sociais, tributos e demais despesas necessárias à execução contratual;
- e) observar as normas sanitárias, trabalhistas, ambientais e de segurança aplicáveis.

1.7. A composição mínima dos camarins básicos, intermediários e premium observará as especificações constantes da planilha orçamentária e do Termo de Referência, podendo ocorrer adequações pontuais conforme rider técnico das atrações artísticas e necessidade específica de cada evento, desde que mantido o padrão da categoria contratada.

1.8. O prazo para início da execução dos serviços será definido pela Administração Municipal mediante emissão da respectiva ordem de serviço, devendo a contratada observar rigorosamente os horários e prazos estabelecidos para montagem e funcionamento dos camarins.

1.9. A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor(es) formalmente designado(s), competindo à Administração acompanhar, fiscalizar, atestar e solicitar correções necessárias durante a execução dos serviços.

1.10. O pagamento será realizado conforme serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato administrativo.

1.11. A contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e continuidade administrativa.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

1.12. As licitantes deverão elaborar suas propostas em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, as quais prevalecerão, para todos os fins, sobre eventuais divergências existentes no Sistema do Governo Federal – ComprasGov.

1.13. Dessa forma, as propostas deverão observar, no mínimo, os requisitos técnicos aqui estabelecidos, sob pena de desclassificação por não atendimento às exigências do instrumento convocatório.

1.14. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da legislação vigente.

1.15. O prazo de vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que presentes os requisitos legais.

1.16. As condições específicas relativas à vigência, prorrogação e execução contratual encontram-se detalhadas no instrumento contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir adequada estrutura de ornamentação, ambientação e fornecimento de buffet para camarins destinados ao atendimento de artistas, bandas, equipes técnicas, autoridades, convidados e demais participantes dos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos.

**2.2.** O Município realiza, anualmente, diversos eventos culturais, festivos, institucionais, esportivos e comemorativos de relevante interesse público, social, cultural e turístico, a exemplo da Festa de Emancipação Político-Administrativa, Réveillon, Festa do Padroeiro do Cajueiro, São João dos Povoados, apresentações culturais, festividades tradicionais e demais ações promovidas pela Administração Pública Municipal.

**2.3.** A realização desses eventos demanda estrutura adequada para recepção, acomodação e suporte às atrações artísticas e equipes envolvidas, especialmente no que se refere à disponibilização de camarins organizados, abastecidos e compatíveis com as exigências operacionais e técnicas normalmente previstas nos riders artísticos.

**2.4.** Atualmente, a Administração Municipal não dispõe de estrutura própria suficiente para execução direta dos serviços, considerando a necessidade de mobiliários, itens decorativos, utensílios, alimentos, bebidas, logística operacional e equipe especializada para montagem, organização, abastecimento, manutenção e desmontagem dos camarins.

**2.5.** Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para assegurar:

a) adequada organização dos eventos municipais;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- b) melhoria da estrutura de apoio às atrações e equipes técnicas;
- c) padronização dos serviços;
- d) eficiência operacional;
- e) qualidade no atendimento dos eventos públicos;
- f) continuidade das ações culturais, festivas e institucionais do Município.

2.6. A solução pretendida contempla a prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins em categorias distintas — básico, intermediário e premium — conforme o porte, relevância e necessidade específica de cada evento promovido pela Administração Municipal.

2.7. A contratação encontra respaldo nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade administrativa, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, além de contribuir para fortalecimento das políticas públicas de cultura, turismo, lazer e promoção institucional do Município.

2.8. Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza parcelada, variável e contínua da demanda, permitindo contratações conforme a necessidade efetiva da Administração, sem obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados.

2.9. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e plenamente justificada para atendimento das demandas operacionais dos eventos promovidos pela Administração Pública Municipal.

## 3. DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme análise realizada pela equipe de planejamento da Administração Municipal de Cocos, a presente contratação utilizará o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP, com fundamento no Capítulo XVIII do Decreto Municipal nº 021/2024 e no Capítulo X do Título II da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 82.

3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza da contratação de serviços de ornamentação e buffet de camarins, cuja execução ocorrerá de forma parcelada, conforme as necessidades verificadas em cada evento promovido ou apoiado pela Administração Municipal.

3.3. Os serviços serão solicitados gradualmente, de acordo com o calendário oficial de festividades, programações culturais, eventos institucionais, esportivos e demandas supervenientes do Município, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato a ser efetivamente utilizado durante toda a



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

vigência contratual.

3.4. Nesse contexto, a utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a alternativa mais adequada ao interesse público, considerando que:

- a) possibilita maior flexibilidade administrativa;
- b) evita comprometimento antecipado integral do orçamento público;
- c) permite contratação conforme demanda efetiva;
- d) assegura melhor planejamento das contratações;
- e) reduz a necessidade de múltiplos procedimentos licitatórios;
- f) proporciona maior economicidade e eficiência administrativa;
- g) possibilita manutenção da proposta mais vantajosa registrada em ata para futuras contratações durante sua vigência.

3.5. Além disso, o Sistema de Registro de Preços constitui importante instrumento de racionalização administrativa, permitindo maior agilidade na execução das demandas relacionadas aos eventos municipais, sem prejuízo da legalidade, competitividade e controle da contratação pública.

3.6. A opção pela utilização do Sistema de Registro de Preços também se justifica pela impossibilidade de previsão exata dos quantitativos que serão demandados ao longo da vigência da contratação, considerando a variabilidade do calendário de eventos, a diversidade de atrações artísticas, as exigências constantes dos riders técnicos e as necessidades operacionais de cada festividade.

3.7. A solução mostra-se igualmente adequada diante da necessidade de contratações frequentes, parceladas e variáveis, compatíveis com as demandas da Administração Municipal, observando-se as disposições do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.8. Dessa forma, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se técnica, operacional e economicamente vantajosa para a Administração Pública Municipal.

## **4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

4.1. Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o julgamento da licitação será realizado por item individual, observando-se o critério de menor preço por item, em razão da natureza divisível do objeto e da possibilidade de ampliação da competitividade, permitindo a participação de maior número de fornecedores aptos ao atendimento das especificações exigidas.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

4.2. A adoção do critério de julgamento por item justifica-se em razão da diversidade dos serviços de ornamentação e buffet de camarins pretendidos, os quais possuem distintas composições, estruturas, níveis de ambientação, quantitativos de itens, padrões de atendimento e características operacionais, recomendando-se solução que privilegie a ampla concorrência e a seleção mais vantajosa para cada categoria de serviço.

4.3. O parcelamento do objeto por itens individuais:

- a) Viabiliza a participação de empresas especializadas em determinados padrões ou categorias de camarins;
- b) Amplia a competitividade do certame, evitando restrições indevidas à participação de empresas que eventualmente não possuam capacidade operacional para atendimento integral de todas as categorias;
- c) Possibilita à Administração a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item;
- d) Respeita as particularidades técnicas, operacionais e comerciais de cada categoria de camarim;
- e) Proporciona maior flexibilidade nas futuras contratações, conforme a necessidade efetiva de cada evento municipal;
- f) Favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação vigente.

4.4. Ressalta-se que a adoção do julgamento por item representa a solução mais adequada ao caso concreto, tendo em vista a natureza comum e divisível dos serviços pretendidos, afastando concentração indevida do objeto e permitindo maior eficiência na disputa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O critério adotado encontra-se alinhado aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e isonomia, bem como às diretrizes de parcelamento do objeto previstas nos arts. 47 e 48 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A futura contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, administrativos e legais necessários à adequada execução dos serviços de ornamentação e buffet de camarins destinados aos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos.

6.2. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações constantes do Termo de Referência, planilha orçamentária, ordens de serviço e demais documentos integrantes do processo administrativo.

### 6.2.1. Requisitos técnicos e operacionais

6.2.1.1. A contratada deverá:

- a) possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação;
- b) disponibilizar equipe suficiente e qualificada para montagem, organização, abastecimento, manutenção e desmontagem dos camarins;
- c) fornecer todos os materiais, mobiliários, utensílios, alimentos, bebidas, equipamentos e itens decorativos necessários à execução dos serviços;
- d) garantir qualidade, higiene, conservação, organização e adequada apresentação dos camarins;
- e) observar os padrões mínimos estabelecidos para cada categoria de camarim (básico, intermediário e premium);
- f) executar os serviços dentro dos prazos e horários definidos pela Administração Municipal;
- g) possuir capacidade logística para atendimento simultâneo de eventos, quando necessário;
- h) responsabilizar-se pelo transporte, montagem, abastecimento, reposição e desmontagem das estruturas;
- i) assegurar reposição imediata de itens inadequados, insuficientes ou em desconformidade com as especificações contratadas;
- j) observar eventuais exigências constantes dos riders técnicos das atrações artísticas, quando previamente disponibilizados pela Administração.

### 6.2.2. Requisitos sanitários e de qualidade

6.2.2.1. A contratada deverá:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- a) fornecer alimentos e bebidas em condições adequadas de consumo;
- b) observar as normas sanitárias, de higiene e manipulação de alimentos aplicáveis;
- c) utilizar produtos dentro do prazo de validade e em condições adequadas de armazenamento;
- d) manter limpeza e organização dos espaços destinados aos camarins;
- e) adotar boas práticas de manipulação, acondicionamento e conservação dos alimentos.

## **6.2.3. Requisitos administrativos**

### **6.2.3.1. A contratada deverá:**

- a) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- b) cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- c) atender prontamente às solicitações da fiscalização contratual;
- d) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, tributários, previdenciários, civis e operacionais decorrentes da execução dos serviços;
- e) disponibilizar responsável para acompanhamento operacional durante os eventos, quando solicitado pela Administração.

## **6.2.4. Requisitos de sustentabilidade**

### **6.2.4.1. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser adotadas medidas voltadas à redução dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, incluindo:**

- a) utilização racional de materiais e insumos;
- b) redução do desperdício de alimentos e descartáveis;
- c) destinação adequada dos resíduos gerados;
- d) utilização preferencial de materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis.

## **6.2.5. Requisitos da execução contratual**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

6.2.5.1. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de ordem de serviço, observando:

- a) cronograma dos eventos;
- b) quantitativos solicitados;
- c) categoria do camarim;
- d) local de execução;
- e) horários de montagem e funcionamento.

6.2.5.2. A fiscalização contratual será realizada por servidor(es) formalmente designado(s), competindo à Administração acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços.

6.2.5.3. A contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

## 6.3. Subcontratação

6.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 6.4. Garantia da contratação

6.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços de ornamentação e buffet de camarins deverão ser executados conforme as condições a seguir:

7.1.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Serviço, observando os prazos, locais e condições estabelecidos para cada evento.

7.1.2. Os serviços deverão ser executados no âmbito do Município de Cocos, em locais previamente indicados pela Administração Municipal, podendo abranger praças públicas, espaços de eventos, povoados, estruturas temporárias e demais locais destinados à realização das festividades municipais.

7.1.3. A Ordem de Serviço será emitida pelo Setor de Compras, Secretaria Demandante ou setor competente da Administração Municipal.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

7.1.4. Os serviços deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, na planilha orçamentária e na Ordem de Serviço, sendo a conformidade verificada pela fiscalização contratual durante a montagem, execução e desmontagem dos camarins.

7.1.5. A contratada obriga-se a executar os serviços conforme as especificações e quantitativos solicitados pela Administração, não sendo admitidas alterações ou substituições sem prévia autorização do fiscal do contrato.

7.1.6. Os serviços deverão estar disponíveis para execução a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento contratual correspondente.

7.1.7. Os alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios, itens decorativos e demais materiais utilizados deverão apresentar padrão de qualidade compatível com o mercado, observadas as normas sanitárias, de segurança e demais exigências aplicáveis.

7.1.8. Os itens utilizados na ornamentação e composição dos camarins deverão ser entregues e disponibilizados em perfeitas condições de uso, higiene, conservação e funcionamento, devidamente acondicionados e transportados de forma adequada.

7.1.9. Os alimentos e bebidas fornecidos deverão estar dentro do prazo de validade, em condições adequadas de armazenamento e consumo, observadas as normas sanitárias vigentes.

7.1.10. A execução dos serviços deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal e da correspondente Ordem de Serviço, contendo discriminação detalhada dos serviços executados e quantitativos fornecidos.

## **7.2. Prazo da Garantia**

7.2.1. Os serviços executados deverão apresentar qualidade, adequação e conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.2.2. A contratada será responsável pela correção, substituição ou regularização imediata de quaisquer falhas, inadequações, desconformidades ou defeitos verificados na execução dos serviços, alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios ou itens de ornamentação, sem ônus adicional para a Administração Municipal.

7.2.3. Constatadas irregularidades durante a execução dos eventos, a contratada deverá promover as correções necessárias imediatamente após notificação da fiscalização contratual, garantindo a continuidade e adequada prestação dos serviços.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **8.1. São obrigações da Contratante:**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato, Termo de Referência e seus anexos.

8.1.2. Receber os serviços de ornamentação e buffet de camarins no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre falhas, irregularidades, inadequações, avarias ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios ou itens de ornamentação, para que sejam corrigidos, substituídos ou regularizados às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto à conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e condições estabelecidas pela Administração Municipal.

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis.

8.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

8.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual.

8.1.9. Decidir, no prazo de até 30 (trinta) dias, os requerimentos apresentados pela Contratada, admitida prorrogação motivada por igual período.

8.1.10. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.11. Disponibilizar à Contratada as informações necessárias para execução dos serviços, incluindo datas, horários, locais dos eventos e demais orientações operacionais pertinentes.

8.1.12. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes da execução dos serviços ou da execução contratual.

## **8.2. São obrigações da Contratada:**

8.2.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

8.2.2. Executar os serviços de ornamentação e buffet de camarins conforme as especificações técnicas, quantitativos, prazos, locais e condições estabelecidos na Ordem de Serviço.

8.2.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento das obrigações contratuais, devidamente justificados.

8.2.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato.

8.2.5. Corrigir, substituir ou regularizar, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, quaisquer serviços, alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios ou itens de ornamentação que apresentem falhas, inadequações, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas.

8.2.6. Responsabilizar-se pelo transporte, montagem, abastecimento, manutenção, reposição e desmontagem dos camarins, garantindo adequada execução dos serviços até o recebimento definitivo pela Administração.

8.2.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços.

8.2.8. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos.

8.2.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e sanitárias decorrentes da execução contratual.

8.2.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução dos serviços.

8.2.12. Observar as normas técnicas, sanitárias, de higiene, segurança e qualidade aplicáveis aos serviços de buffet, manipulação de alimentos e execução da ornamentação.

8.2.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte, montagem, instalação, manuseio e desmontagem dos materiais, mobiliários e estruturas utilizadas nos camarins.

8.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.15. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

8.2.16. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

8.2.17. Disponibilizar equipe suficiente e responsável técnico ou preposto para acompanhamento operacional durante a execução dos eventos, quando solicitado pela Administração Municipal.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, disposições deste Termo de Referência e normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação, alteração do cronograma dos eventos ou suspensão contratual, os prazos de execução dos serviços poderão ser prorrogados automaticamente pelo período correspondente, mediante formalização administrativa, observadas as disposições legais aplicáveis.

9.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico, especialmente para envio de Ordens de Serviço, notificações, solicitações, ajustes operacionais e demais comunicações relacionadas à execução contratual.

9.4. A Administração poderá convocar representante ou preposto da Contratada para adoção de providências imediatas relacionadas à execução dos serviços de ornamentação e buffet de camarins.

9.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo, poderá ser realizada reunião inicial com a Contratada para alinhamento das condições de execução dos serviços, cronograma dos eventos, logística operacional, horários de montagem e desmontagem, abastecimento dos camarins, procedimentos de fiscalização e demais obrigações contratuais.

### **Fiscalização**

9.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

### **Fiscalização Técnica**

9.7. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços de ornamentação e buffet de camarins, verificando o cumprimento das especificações técnicas, quantitativos, prazos, condições de montagem, abastecimento e demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência e na Ordem de Serviço.

9.8. Caberá ao fiscal técnico, durante a execução dos serviços:

a) Conferir os quantitativos e itens disponibilizados nos camarins;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- b) Verificar a conformidade dos serviços com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) Avaliar as condições de apresentação, higiene, conservação, organização e funcionamento dos camarins;
- d) Verificar a qualidade dos alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios e itens de ornamentação fornecidos;
- e) Registrar eventuais inconformidades verificadas durante a execução contratual.

9.9. O fiscal técnico anotará todas as ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, indicando as providências necessárias à correção de falhas, inadequações ou descumprimentos contratuais.

9.10. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico notificará a Contratada para correção, substituição ou regularização dos serviços, itens ou estruturas inadequadas, fixando prazo para atendimento.

9.11. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato situações que extrapolem sua competência ou que possam comprometer a adequada execução contratual ou a realização dos eventos municipais.

## **Fiscalização Administrativa**

9.12. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos formais do contrato, incluindo:

- a) Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada;
- b) Controle de empenhos, liquidações e pagamentos;
- c) Acompanhamento de eventuais penalidades, glosas, reajustes e alterações contratuais.

9.13. Em caso de irregularidade administrativa, o fiscal deverá adotar as providências necessárias ou comunicar imediatamente ao gestor do contrato.

## **Gestão do Contrato**

9.14. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, consolidando as informações prestadas pelos fiscais e garantindo o cumprimento das condições estabelecidas.

9.15. Compete ao gestor:

- a) Acompanhar a execução do contrato com base nos registros da fiscalização;
- b) Avaliar o desempenho da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais;
- c) Autorizar, quando cabível, ajustes operacionais, alterações e demais providências administrativas relacionadas à execução contratual;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

d) Controlar a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

9.16. O gestor do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada como requisito para pagamento.

9.17. O gestor emitirá atesto quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com base nas informações da fiscalização, especialmente quanto à adequada execução dos serviços prestados.

9.18. Em caso de descumprimento contratual, o gestor adotará as providências necessárias à aplicação das sanções cabíveis, mediante instauração de processo administrativo próprio.

9.19. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório conclusivo, avaliando a adequação da contratação, a qualidade dos serviços executados e eventuais melhorias para futuras contratações.

9.20. O gestor encaminhará a documentação necessária ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, conforme os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Os serviços de ornamentação e buffet de camarins serão recebidos provisoriamente no ato de sua execução, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

10.2. No recebimento provisório, será realizada conferência preliminar quanto:

- a) aos quantitativos executados;
- b) à composição dos camarins;
- c) às condições de organização, higiene e apresentação;
- d) à qualidade dos alimentos, bebidas, mobiliários e itens decorativos;
- e) ao cumprimento dos horários e condições estabelecidas para o evento.

10.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive no ato do recebimento provisório, quando:

- a) Estiverem em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas;
- b) Apresentarem falhas de execução, inadequações, má conservação, baixa qualidade ou desconformidade com o padrão exigido;
- c) Forem executados em quantitativos divergentes dos solicitados pela Administração;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

d) Comprometerem a adequada realização dos eventos municipais.

10.4. Na hipótese de rejeição, a Contratada deverá promover a correção, substituição ou regularização imediata dos serviços, itens ou estruturas apontadas pela fiscalização, sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação detalhada da conformidade dos serviços executados, mediante atesto do fiscal do contrato.

10.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado de forma justificada, quando houver necessidade de diligências, análise complementar ou verificação técnica específica.

10.7. No caso de controvérsia quanto à qualidade, especificações ou quantitativos dos serviços executados, será observado o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo admitido o pagamento da parcela incontroversa.

10.8. O prazo para correção de inconsistências, substituições ou regularizações não será computado para fins de recebimento definitivo.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, adequação e regularidade dos serviços executados.

## **Liquidação**

10.10. Recebida a Nota Fiscal, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período mediante justificativa.

10.11. Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal contém:

- a) Identificação da Contratada;
- b) Dados da Ata de Registro de Preços ou contrato;
- c) Descrição detalhada dos serviços executados;
- d) Quantitativos, valores unitários e totais;
- e) Indicação de eventuais retenções tributárias.

10.12. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até a regularização pela Contratada, sem ônus para a Administração.

10.13. A regularidade fiscal e trabalhista da Contratada será verificada por meio do SICAF ou documentação equivalente, conforme legislação vigente.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

10.14. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularização no prazo legal, sem prejuízo da continuidade da execução contratual, quando cabível.

## **Prazo de pagamento**

10.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

10.16. Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base no IPCA, desde a data final do prazo até o efetivo pagamento.

## **Forma de pagamento**

10.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela Contratada.

10.18. Será considerada como data do pagamento a emissão da ordem bancária.

10.19. Serão realizadas as retenções tributárias conforme a legislação vigente.

10.20. No caso de optante pelo Simples Nacional, o pagamento ficará condicionado à comprovação dessa condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

## **Cessão de crédito**

10.21. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios, nos termos da legislação vigente.

10.22. A eficácia da cessão perante a Administração dependerá de formalização por meio de termo aditivo ao contrato.

10.23. A cessão não exime a Contratada do cumprimento integral das obrigações contratuais, permanecendo responsável pela execução do objeto.

10.24. Os pagamentos à cessionária observarão as mesmas condições estabelecidas no contrato, inclusive quanto a eventuais glosas, sanções e retenções.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **11.2. Forma de fornecimento**

11.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## 11.3. Exigências de habilitação

11.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## 11.4. Habilitação jurídica

**11.4.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.4.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.4.3. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**11.4.4. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.4.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.4.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 11.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

**11.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da legislação vigente.

**11.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

**11.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

**11.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **11.6. Qualificação Econômico-Financeira**

11.6.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)); dentro do prazo de validade constante no documento ou, na ausência deste, emitida há no máximo 90 (noventa) dias.

11.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

11.6.3. Os documentos referidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício social, considerando a natureza comum do objeto e a necessidade de preservação da competitividade do certame, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. 11.6.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.6.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital social mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

11.6.4.1. Para fins do disposto no item 11.6.4, o valor do capital social mínimo exigido será calculado de forma proporcional ao valor adjudicado ao licitante, considerando-se o(s) grupo(s) em que se sagrar vencedor, e não o valor global estimado da contratação.

11.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

11.6.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional devidamente habilitado.

## 11.7. Qualificação Técnica

11.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o grupo pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

11.7.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento anterior de bens de natureza semelhante, não sendo exigido quantitativo mínimo, de forma a garantir a ampla competitividade do certame

## 12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 430.546,84 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Cocos-Ba, 28 de maio de 2026.

**Paulo Eduardo Kunrath**  
**Secretário Municipal de Administração**  
**Matrícula: 18921**

**Camargo Lopo de Macedo Arruda**  
**Superintendente de Compras**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de garantir adequada estrutura de ornamentação, ambientação e fornecimento de buffet para camarins destinados ao atendimento de artistas, bandas, equipes técnicas, autoridades, convidados e demais participantes dos eventos institucionais, culturais, esportivos, comemorativos e festivos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal de Cocos.

O Município realiza, anualmente, diversos eventos de relevante interesse público, social, cultural e turístico, a exemplo da Festa de Emancipação Político-Administrativa, Réveillon, Festa do Padroeiro do Cajueiro, São João dos Povoados, além de apresentações culturais, eventos esportivos e ações institucionais diversas. Tais eventos demandam estrutura adequada de recepção e apoio aos artistas e equipes envolvidas, especialmente quanto à organização dos camarins, alimentação, conforto e ambientação dos espaços.

Atualmente, a Administração Municipal não dispõe de estrutura própria, materiais, equipamentos, mobiliários e equipe especializada suficientes para execução direta dos serviços de ornamentação e buffet de camarins, tornando necessária a contratação de empresa especializada para atendimento das demandas existentes.

A contratação visa assegurar melhores condições operacionais para realização dos eventos, garantindo suporte adequado às atrações artísticas e equipes técnicas, observando as exigências normalmente previstas em riders técnicos, bem como promovendo maior organização, eficiência administrativa e padronização dos serviços.

A solução pretendida contempla a prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins em categorias distintas — básico, intermediário e premium — conforme o porte, relevância e necessidade específica de cada evento, incluindo fornecimento de alimentos, bebidas, mobiliários, itens decorativos, utensílios, montagem, organização, manutenção e desmontagem dos espaços.

A contratação também se justifica pela necessidade de assegurar continuidade, qualidade e eficiência na execução dos eventos promovidos pela Administração Pública Municipal, contribuindo para valorização cultural, fortalecimento do turismo local, incentivo à economia e melhoria da imagem institucional do Município.

Por fim, a demanda encontra-se alinhada às ações de planejamento da Administração Municipal e às políticas públicas de promoção cultural, lazer, turismo e realização de eventos oficiais, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

### 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade administrativa identificada, a contratação deverá observar os requisitos mínimos necessários à adequada execução dos serviços de ornamentação e buffet para





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

camarins, destinados aos eventos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal de Cocos.

A futura contratada deverá possuir capacidade operacional, logística e técnica compatível com a natureza dos serviços, garantindo o fornecimento dos itens, materiais, mobiliários, alimentos, bebidas, utensílios e mão de obra necessários à completa execução do objeto contratual.

Constituem requisitos mínimos da contratação:

## a) Requisitos operacionais

- Disponibilizar estrutura adequada para montagem, organização, manutenção e desmontagem da ornamentação e buffet dos camarins;
- Fornecer todos os materiais, equipamentos, utensílios, mobiliários, ornamentações e insumos necessários à execução dos serviços;
- Disponibilizar equipe suficiente para transporte, montagem, abastecimento, reposição, organização e desmontagem dos espaços;
- Garantir que os alimentos e bebidas fornecidos estejam em perfeitas condições de consumo, observadas as normas sanitárias aplicáveis;
- Atender às demandas da Administração conforme cronograma, ordem de serviço e especificações definidas para cada evento;
- Executar os serviços nos locais, datas e horários previamente definidos pela Administração Municipal;
- Assegurar reposição dos itens de buffet durante os eventos, quando solicitado pela fiscalização contratual.

## b) Requisitos técnicos

- Os serviços deverão observar padrão mínimo de qualidade, organização, higiene, conservação e apresentação visual;
- Os itens de ornamentação deverão estar em adequado estado de conservação e utilização;
- Os alimentos e bebidas deverão possuir procedência regular, dentro do prazo de validade e acondicionados adequadamente;
- A composição mínima dos camarins deverá obedecer às especificações constantes da planilha orçamentária e do Termo de Referência;
- A contratada deverá possuir condições de adaptar os camarins conforme rider técnico das atrações artísticas, quando necessário e autorizado pela Administração.

## c) Requisitos legais e de habilitação

A futura contratada deverá apresentar documentação compatível com as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo:

- Regularidade jurídica;
- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Qualificação econômico-financeira;
- Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto contratado, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica.

## d) Requisitos de sustentabilidade



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que minimizem impactos ambientais, tais como:

- Utilização racional de materiais descartáveis;
- Destinação adequada dos resíduos gerados;
- Preferência por materiais reutilizáveis ou recicláveis;
- Redução de desperdícios de alimentos e insumos.

## **e) Requisitos de execução**

- Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal;
- A contratação não gera obrigação de solicitação integral dos quantitativos estimados;
- A execução ocorrerá conforme calendário de eventos e demandas supervenientes do Município;
- A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas ao transporte, pessoal, alimentação, montagem, desmontagem e demais custos necessários à execução do objeto.

Os requisitos estabelecidos visam garantir adequada execução contratual, padronização dos serviços, eficiência administrativa e atendimento satisfatório das necessidades dos eventos municipais.

## **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

No levantamento de mercado realizado, foram identificadas as seguintes soluções possíveis para atender à necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins destinados aos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos.

### **Soluções identificadas**

#### **a) Solução 01 – Adesão a atas de registro de preços de outros entes públicos**

Possibilita o aproveitamento de licitações já realizadas por outros órgãos públicos, com preços previamente registrados. Embora proporcione maior celeridade processual, essa alternativa pode não atender integralmente às especificações técnicas, padrões de ornamentação, composição dos camarins e necessidades específicas dos eventos realizados pelo Município, especialmente diante das particularidades culturais, logísticas e operacionais das festividades locais, além de limitar a competitividade entre fornecedores locais e regionais.

#### **b) Solução 02 – Contratação por dispensa de licitação, nos limites legais**

Admissível apenas para contratações de pequeno valor ou hipóteses previstas no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. Contudo, essa alternativa não se mostra adequada para atendimento da demanda contínua e recorrente de serviços de ornamentação e buffet para eventos municipais, podendo comprometer o planejamento administrativo e caracterizar fracionamento indevido da despesa.

#### **c) Solução 03 – Procedimento licitatório próprio para registro de preços**

Permite ao Município realizar ampla pesquisa de mercado, assegurar competitividade entre



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

fornecedores e registrar preços para futura e eventual contratação dos serviços conforme a necessidade da Administração.

Essa solução possibilita:

- fornecimento parcelado conforme demanda dos eventos;
- maior flexibilidade operacional;
- padronização dos serviços;
- controle dos custos;
- melhor gestão contratual;
- atendimento simultâneo de diferentes eventos e secretarias;
- redução do risco de descontinuidade dos serviços.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado diante da natureza variável da demanda, considerando que os quantitativos efetivos dependerão da programação oficial dos eventos municipais e das atrações contratadas.

## **d) Solução 04 – Procedimento licitatório para contratação integral sem registro de preços**

Consiste na contratação de quantitativo previamente definido para execução integral em contrato único. Embora permita previsibilidade orçamentária, essa alternativa mostra-se menos adequada em razão da natureza variável dos eventos e da possibilidade de alteração da programação anual, podendo ocasionar contratação superior ou inferior à demanda efetiva do Município.

## **e) Solução 05 – Contratações isoladas por evento**

Consiste na realização de procedimentos individualizados para cada festividade ou evento específico. Essa alternativa apresenta menor eficiência administrativa, aumento do número de processos licitatórios, maior custo operacional, dificuldade de padronização dos serviços e perda de ganho de escala.

## **f) Solução 06 – Execução direta pela Administração Municipal**

Consiste na realização dos serviços diretamente pelo Município, mediante utilização de equipe própria e aquisição individualizada de materiais, alimentos, bebidas, mobiliários e itens decorativos.

Entretanto, essa alternativa mostra-se inviável diante da inexistência de estrutura operacional, logística, materiais, equipamentos e pessoal especializado suficientes para execução adequada dos serviços, especialmente em eventos de médio e grande porte.

## **g) Solução 07 – Contratação compartilhada via consórcio público**

Possibilita eventual ganho de escala e redução de custos mediante contratação compartilhada entre municípios. Contudo, pode apresentar limitações quanto à autonomia administrativa, adequação às especificidades dos eventos locais, logística de atendimento e prazos operacionais.

## **Análise comparativa e escolha da solução**

Após análise das alternativas identificadas, verifica-se que a **Solução 03 – Procedimento licitatório**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

próprio para registro de preços mostra-se a mais vantajosa para o Município de Cocos, considerando que:

- assegura maior competitividade entre fornecedores;
- possibilita fornecimento parcelado conforme demanda real;
- proporciona maior flexibilidade operacional;
- evita contratações excessivas ou insuficientes;
- reduz riscos de descontinuidade dos serviços;
- melhora o planejamento administrativo;
- permite padronização da ornamentação e composição dos camarins;
- otimiza a gestão contratual e a fiscalização;
- possibilita atendimento simultâneo de diversos eventos;
- proporciona maior economicidade e eficiência administrativa.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente adequado diante da imprevisibilidade parcial da demanda e da necessidade de atendimento de eventos de diferentes portes ao longo da vigência contratual.

## Conclusão

Dessa forma, conclui-se que a contratação por meio de procedimento licitatório próprio, preferencialmente utilizando o Sistema de Registro de Preços, mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura para atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA

Responsável: ROSILENE NEVES DOS SANTOS MOURA

Departamento: DEPARTAMENTO DE COMPRAS

CERTIFICADO



AUTENTICAR

Relatório de Cotação: SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO E BUFETT DE CAMARIM

Pesquisa realizada entre 29/04/2026 15:09:27 e 13/05/2026 14:45:31

Relatório gerado no dia 13/05/2026 14:49:48 (IP: 128.201.36.69)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
LOTE 1: SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO E BUFFET DE CAMARIM BÁSICO (16 itens)					Valor Lote: R\$ 3.341,59	
1) Decoração básica do espaço: composição simples com sofá de 03 lugares, mesas de apoio, cadeiras, tapetes e espelho de mesa, organizada de forma funcional e harmoniosa, proporcionando conforto, praticidade e ambientação adequada para recepção	4	1 SERV	R\$ 1.400,00 (un)	-	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
2) Água mineral 500 ml: água potável de fonte natural, acondicionada em embalagem individual de 500 ml, própria para consumo imediato, sem gás, ideal para hidratação em eventos ou uso individual.	3	24 Unidades	R\$ 3,50 (un)	-	R\$ 3,50	R\$ 84,00
3) Refrigerante em lata: bebida gaseificada, pronta para consumo, acondicionada em lata de alumínio (geralmente 350 ml), disponível em diversos sabores.	3	12 Unidades	R\$ 6,88 (un)	-	R\$ 6,88	R\$ 82,56
4) Suco integral 1L: bebida natural obtida diretamente da fruta, sem adição de água, açúcares ou conservantes, preservando sabor e nutrientes originais.	3	2 Unidades	R\$ 14,82 (un)	-	R\$ 14,82	R\$ 29,64

A pesquisa de preços, planilhas orçamentárias e demais elementos de mercado seguem anexos ao



# MUNICÍPIO DE COCOS

presente Estudo Técnico Preliminar.

## 4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida consiste na realização de procedimento licitatório próprio, preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins destinados aos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos.

A escolha da solução mostra-se tecnicamente adequada em razão da natureza contínua, variável e parcelada da demanda, considerando que o Município realiza diversos eventos culturais, festivos, institucionais, esportivos e comemorativos ao longo do exercício, com portes e necessidades distintas.

A contratação especializada permitirá ao Município dispor de estrutura adequada de recepção, ambientação e suporte para artistas, equipes técnicas, autoridades e convidados, assegurando melhores condições operacionais para realização dos eventos públicos.

A utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se a alternativa mais vantajosa, uma vez que possibilita:

- contratação conforme demanda efetiva;
- fornecimento parcelado ao longo da vigência da ata;
- maior flexibilidade administrativa;
- otimização dos recursos públicos;
- redução de custos operacionais;
- melhor planejamento das contratações;
- padronização dos serviços;
- maior eficiência na fiscalização contratual;
- redução do risco de descontinuidade dos serviços.

Além disso, a solução adotada evita a necessidade de múltiplos procedimentos licitatórios para cada evento específico, promovendo maior racionalização administrativa e ganho de escala nas contratações públicas.

A execução indireta dos serviços também se mostra mais eficiente e economicamente viável do que eventual execução direta pela Administração, considerando que o Município não dispõe de estrutura própria suficiente, equipe especializada, mobiliários, materiais decorativos, equipamentos e logística necessários para atendimento adequado das demandas dos eventos.

A solução escolhida possibilita ainda maior competitividade entre fornecedores, ampliação da economicidade e melhor adequação às necessidades específicas de cada festividade, inclusive quanto às exigências técnicas constantes dos riders artísticos.

Sob o aspecto jurídico e administrativo, a solução encontra amparo nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Dessa forma, conclui-se que a contratação mediante procedimento licitatório próprio, preferencialmente utilizando o Sistema de Registro de Preços, representa a alternativa mais adequada, eficiente, vantajosa e compatível com as necessidades da Administração Municipal.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no histórico de eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos, considerando o calendário anual de festividades culturais, institucionais, esportivas e comemorativas, bem como a média de atrações artísticas, equipes técnicas e necessidades operacionais verificadas em exercícios anteriores.

Para definição dos quantitativos, foram observados os seguintes critérios:

- porte estimado de cada evento;
- quantidade média de atrações por festividade;
- necessidade de atendimento simultâneo de artistas e equipes;
- exigências recorrentes constantes dos riders técnicos;
- estrutura necessária para recepção e permanência das atrações;
- previsão de eventos extraordinários e demandas supervenientes;
- necessidade de flexibilidade operacional da Administração Municipal.

A contratação foi estruturada em três categorias de camarins, conforme o nível de ornamentação, ambientação e composição do buffet:

- Camarim Básico;
- Camarim Intermediário;
- Camarim Premium.

### Distribuição estimada por evento

EVENTO	CAMARIM BÁSICO	CAMARIM INTERMEDIÁRIO	CAMARIM PREMIUM	TOTAL
São João do Povoado Porto Alegre (01 dia)	03	02	01	06
São João do Povoado Água do Carmo (01 dia)	03	02	01	06
Festa de Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município	04	05	04	13
Festa do Padroeiro do Cajueiro (03 dias)	08	06	03	17
Réveillon	02	03	03	08
Eventos culturais e apresentações locais	04	01	—	05
Eventos esportivos, institucionais e comemorativos diversos	03	02	—	05
Demanda reserva para festividades juninas complementares e eventos extraordinários	03	01	03	07
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>67</b>



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## Quantitativos consolidados da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Serviço de ornamentação e buffet de camarim básico	Serviço	30
02	Serviço de ornamentação e buffet de camarim intermediário	Serviço	22
03	Serviço de ornamentação e buffet de camarim premium	Serviço	15

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração Municipal, sendo os serviços solicitados conforme necessidade efetiva de cada evento, observadas a programação oficial, a disponibilidade orçamentária e as demandas supervenientes do Município.

A composição mínima de cada categoria de camarim encontra-se detalhada na planilha orçamentária e anexos do processo administrativo, observadas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa preliminar de valor: R\$ 430.546,84 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

## 7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação pretendida mostra-se tecnicamente compatível com o parcelamento da execução dos serviços, considerando a natureza variável, contínua e eventual das demandas relacionadas à ornamentação e buffet de camarins destinados aos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos.

O parcelamento ocorrerá por meio de solicitações individuais, conforme a necessidade de cada evento, observando-se o calendário oficial de festividades, programações culturais, eventos institucionais, esportivos e demandas supervenientes da Administração Pública Municipal.

A adoção do fornecimento parcelado apresenta as seguintes vantagens:

- maior adequação às necessidades reais da Administração;
- melhor planejamento da execução contratual;
- redução de desperdícios e custos desnecessários;
- otimização da utilização dos recursos públicos;
- flexibilidade operacional;
- possibilidade de adequação dos serviços conforme o porte de cada evento;
- redução do risco de contratação excessiva;
- melhoria da fiscalização e acompanhamento da execução;
- atendimento gradual e contínuo das demandas municipais.

Além disso, considerando que os eventos possuem características distintas quanto ao porte, quantidade de atrações, exigências técnicas e estrutura necessária, o parcelamento permite que os serviços sejam solicitados de maneira proporcional à necessidade efetiva de cada festividade.

Ressalta-se ainda que o parcelamento não compromete a padronização, a economicidade ou a eficiência da contratação, tampouco afasta a competitividade do certame, sendo plenamente





# MUNICÍPIO DE COCOS

compatível com a natureza do objeto e com o Sistema de Registro de Preços.

No que se refere ao parcelamento do objeto em lotes distintos, a contratação foi estruturada por categorias de camarins — básico, intermediário e premium — considerando as diferenças de composição, estrutura, ornamentação e buffet de cada modalidade, possibilitando melhor organização da futura execução contratual e compatibilidade com as necessidades específicas dos eventos municipais.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente viável, adequado ao interesse público e compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e gestão adequada das contratações públicas, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

## 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação com outras contratações e serviços normalmente realizados pela Administração Municipal de Cocos para viabilização da estrutura completa dos eventos públicos, especialmente aqueles relacionados à organização, infraestrutura, apoio operacional e realização das festividades municipais.

Dentre as contratações correlatas e/ou interdependentes, destacam-se:

- locação de palco, sonorização, iluminação e painéis de LED;
- contratação de atrações artísticas e apresentações culturais;
- locação de estruturas temporárias, tendas, disciplinadores e camarotes;
- serviços de segurança privada e apoio operacional;
- locação de banheiros químicos;
- serviços de divulgação institucional e publicidade;
- fornecimento de hospedagem e alimentação para equipes;
- serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos durante os eventos;
- fornecimento de geradores de energia;
- apoio logístico e transporte.

A contratação de ornamentação e buffet de camarins integra o conjunto de soluções necessárias para assegurar adequada recepção, acomodação e atendimento das atrações artísticas, equipes técnicas, autoridades e convidados durante a realização dos eventos promovidos pelo Município.

Entretanto, embora possua relação operacional com os serviços acima mencionados, a presente contratação possui autonomia técnica e funcional, podendo ser executada independentemente das demais contratações, desde que observadas as condições estruturais mínimas de realização dos



# MUNICÍPIO DE COCOS

eventos.

Ressalta-se que a adequada coordenação entre as contratações correlatas é necessária para garantir eficiência administrativa, compatibilidade operacional e regular execução das festividades municipais.

## 9. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA)

Embora esta contratação ainda não esteja contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), ela está alinhada com os instrumentos de planejamento vigentes, notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A demanda atende às diretrizes estratégicas e orçamentárias da instituição, sendo compatível com as metas e ações previstas no planejamento governamental. Assim, mesmo não formalizada no PCA, a contratação é legítima, necessária e está em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

## 10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, a Administração Municipal de Cocos pretende assegurar melhores condições de organização, recepção, ambientação e suporte operacional aos eventos promovidos e apoiados pelo Município, garantindo estrutura adequada para atendimento das atrações artísticas, equipes técnicas, autoridades e convidados.

A contratação busca proporcionar maior eficiência administrativa e qualidade na execução dos eventos públicos, observando os princípios da economicidade, planejamento, padronização e interesse público.

Dentre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

- garantir adequada estruturação dos camarins durante os eventos municipais;
- assegurar melhores condições de acolhimento, conforto e atendimento aos artistas e equipes técnicas;
- proporcionar padronização dos serviços de ornamentação e buffet;
- assegurar fornecimento contínuo e organizado conforme a demanda dos eventos;
- melhorar a logística e operacionalização das festividades municipais;
- reduzir improvisações e falhas na execução dos eventos;
- otimizar a gestão e fiscalização contratual;
- possibilitar maior controle dos custos administrativos;
- promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- fortalecer a imagem institucional da Administração Municipal;
- contribuir para valorização cultural, turística e social dos eventos realizados no Município;
- assegurar maior satisfação do público, participantes e atrações contratadas.

Pretende-se ainda garantir maior flexibilidade operacional à Administração Pública Municipal, permitindo adequação dos serviços conforme o porte, complexidade e necessidade específica de cada evento realizado durante a vigência da contratação.

Por fim, espera-se que a solução adotada contribua para melhoria da qualidade dos eventos públicos municipais, fortalecimento das políticas culturais e incremento das ações de promoção institucional e turística do Município.

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Considerando que parte significativa da fase preparatória já foi realizada pela Administração Municipal de Cocos, restam como providências prévias à formalização e execução da contratação as seguintes medidas administrativas e operacionais:

- conclusão e aprovação dos documentos da fase preparatória da contratação;
- consolidação final das especificações técnicas e quantitativos estimados;
- finalização da pesquisa de preços e orçamento estimativo;
- verificação da disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa;
- emissão de parecer jurídico, quando cabível;
- realização do procedimento licitatório;
- homologação do certame e formalização da Ata de Registro de Preços ou instrumento contratual correspondente;
- designação formal de gestor e fiscal do contrato;
- definição do cronograma preliminar dos eventos municipais;
- alinhamento entre as secretarias demandantes e os setores responsáveis pela organização das festividades;
- definição prévia dos locais de montagem e execução dos serviços;
- encaminhamento das ordens de serviço conforme necessidade da Administração Municipal.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

A Administração também deverá disponibilizar à futura contratada, sempre que necessário:

- informações sobre datas, horários e locais dos eventos;
- orientações operacionais para execução dos serviços;
- riders técnicos eventualmente encaminhados pelas atrações artísticas;
- condições de acesso aos espaços destinados aos camarins.

As providências remanescentes possuem caráter administrativo e operacional, visando assegurar adequada formalização da contratação, eficiência na execução dos serviços e compatibilidade entre o planejamento dos eventos e a futura execução contratual.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A execução dos serviços de ornamentação e buffet de camarins destinados aos eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos poderá gerar impactos ambientais de baixa relevância, especialmente relacionados à geração de resíduos sólidos, utilização de materiais descartáveis, consumo de energia elétrica e possível desperdício de alimentos e insumos.

Dentre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:

- geração de resíduos provenientes de embalagens, copos, pratos, guardanapos e demais materiais descartáveis;
- descarte de resíduos orgânicos oriundos do buffet e preparo dos alimentos;
- consumo de energia elétrica durante montagem e funcionamento dos camarins;
- utilização de materiais decorativos e insumos de vida útil reduzida;
- geração de resíduos durante montagem e desmontagem das estruturas.

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação, deverão ser adotadas, sempre que possível, as seguintes medidas de tratamento e mitigação:

- priorização do uso racional de materiais e insumos;
- redução do desperdício de alimentos, bebidas e descartáveis;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante os eventos;
- separação e descarte adequado dos resíduos recicláveis;
- utilização preferencial de materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis, quando



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

tecnicamente viável;

- reaproveitamento de itens decorativos em condições adequadas de uso;
- orientação das equipes de apoio quanto às boas práticas ambientais;
- acondicionamento adequado dos resíduos até sua destinação final;
- observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

A futura contratada deverá adotar práticas compatíveis com a legislação ambiental vigente, responsabilizando-se pelo correto manejo dos resíduos decorrentes da execução dos serviços, especialmente durante montagem, execução e desmontagem dos camarins.

Considerando a natureza do objeto, conclui-se que os impactos ambientais são considerados controláveis e de baixa complexidade, podendo ser adequadamente mitigados mediante adoção das medidas preventivas e operacionais acima descritas.

## 13. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e jurídico, além de adequada às necessidades da Administração Pública Municipal de Cocos.

Do ponto de vista técnico, a solução escolhida — consistente na realização de procedimento licitatório, preferencialmente mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação e buffet de camarins — apresenta-se compatível com a natureza do objeto e adequada às demandas dos eventos promovidos e apoiados pelo Município.

Sob o aspecto operacional, a contratação mostra-se plenamente exequível, considerando que a Administração Municipal dispõe de estrutura administrativa apta a gerenciar, fiscalizar e acompanhar a execução contratual, mediante atuação integrada entre as secretarias demandantes e os setores responsáveis pela organização dos eventos municipais.

Quanto à razoabilidade da solução, a estimativa dos quantitativos foi fundamentada em memória de cálculo elaborada com base no histórico de eventos realizados pelo Município, na programação estimada das festividades, no porte das atrações artísticas e nas necessidades operacionais identificadas, demonstrando compatibilidade entre a demanda existente e a solução proposta, sem indícios de superdimensionamento ou subdimensionamento do objeto.

No que se refere à viabilidade econômica, a realização de procedimento licitatório próprio assegura ampla competitividade entre fornecedores, contribuindo para obtenção de preços mais vantajosos e para adequada aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Adicionalmente, verifica-se a viabilidade jurídica da contratação, considerando que o processo encontra-se estruturado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observando os requisitos de planejamento, motivação, definição da solução mais adequada e atendimento ao interesse público.

Ressalta-se, ainda, que a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se apropriada diante da natureza variável, parcelada e contínua da demanda, permitindo a contratação dos serviços conforme a necessidade efetiva da Administração Municipal, sem obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é viável, adequada e plenamente justificável, estando apta ao prosseguimento das etapas subsequentes do processo de contratação, com vistas à garantia da eficiência, organização e qualidade dos eventos promovidos pela Administração Pública Municipal.

## 14. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

A presente contratação não é sigilosa.

## 15. RESPONSÁVEL(EIS) PELA ELABORAÇÃO

Cocos-BA, 27 de maio de 2026.

**Paulo Eduardo Kunrath**  
**Secretário Municipal de Administração**  
**Matrícula: 18921**

**Camargo Lopo de Macedo Arruda**  
**Superintendente de Compras**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO I

### MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS POR EVENTO

A distribuição dos quantitativos foi realizada com base no calendário tradicional de eventos promovidos e apoiados pela Administração Municipal de Cocos, considerando o porte de cada festividade, a quantidade estimada de atrações, a estrutura necessária para atendimento dos artistas e equipes técnicas, bem como o histórico de edições anteriores.

A definição dos tipos de camarins observou os níveis de exigência estrutural normalmente apresentados nos riders técnicos das atrações contratadas, permitindo maior adequação operacional e planejamento da futura contratação.

### DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA POR EVENTO

EVENTO	CAMARIM BÁSICO	CAMARIM INTERMEDIÁRIO	CAMARIM PREMIUM	TOTAL
São João do Povoado Porto Alegre (01 dia)	03	02	01	06
São João do Povoado Água do Carmo (01 dia)	03	02	01	06
Festa de Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município	04	05	04	13
Festa do Padroeiro do Cajueiro (03 dias)	08	06	03	17
Réveillon	02	03	03	08
Eventos culturais e apresentações locais	04	01	—	05
Eventos esportivos, institucionais e comemorativos diversos	03	02	—	05
Demanda reserva para festividades juninas complementares e eventos extraordinários	03	01	03	07
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>67</b>

### JUSTIFICATIVA DA DISTRIBUIÇÃO

Os camarins básicos foram destinados, prioritariamente, a atrações locais, equipes de apoio e eventos de menor porte, com exigências simplificadas de ornamentação e buffet.

Os camarins intermediários foram estimados para eventos com maior fluxo de artistas e apresentações regionais, demandando estrutura ampliada e maior diversidade de itens de buffet e ambientação.

Os camarins premium foram reservados para atrações principais, artistas de maior expressão regional ou nacional e eventos de grande porte, especialmente durante a Festa de Emancipação Político-Administrativa, Réveillon e principais festividades juninas, que tradicionalmente exigem estrutura diferenciada de recepção e atendimento.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO II

### COMPOSIÇÃO MÍNIMA DOS CAMARINS

#### CAMARIM BÁSICO (16 itens)

Item	Nome	Unid	Quant	V. UNIT	V. Total
1	Decoração básica do espaço: composição simples com sofá de 03 lugares, mesas de apoio, cadeiras, tapetes e espelho de mesa, organizada de forma funcional e harmoniosa, proporcionando conforto, praticidade e ambientação adequada para recepção	SERV	1	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
2	Água mineral 500 ml: água potável de fonte natural, acondicionada em embalagem individual de 500 ml, própria para consumo imediato, sem gás, ideal para hidratação em eventos ou uso individual.	Unidades	24	R\$ 3,50	R\$ 84,00
3	Refrigerante em lata: bebida gaseificada, pronta para consumo, acondicionada em lata de alumínio (geralmente 350 ml), disponível em diversos sabores.	Unidades	12	R\$ 6,88	R\$ 82,56
4	Suco integral 1L: bebida natural obtida diretamente da fruta, sem adição de água, açúcares ou conservantes, preservando sabor e nutrientes originais.	Unidades	2	R\$ 14,82	R\$ 29,64
5	Cesta de frutas premium variadas, frescas selecionadas (ex.: banana, maçã, laranja, mamão, melancia, uva, abacaxi), próprias para consumo in natura, ricas em vitaminas, fibras e minerais, ideais para alimentação saudável.	UND	1	R\$ 115,00	R\$ 115,00
6	Sanduíche natural: alimento preparado com pão (integral ou branco), recheado com ingredientes leves e frescos, como frango desfiado, atum, queijo, alface, tomate e pastas. Pronto para consumo, de fácil transporte, ideal para refeições rápidas e saudáveis.	Unidades	15	R\$ 16,00	R\$ 240,00
7	Bolos em diferentes sabores (tais como chocolate, baunilha, cenoura, frutas, entre outros), preparados com ingredientes de boa qualidade. Cada unidade com peso aproximado de 400 gramas.	Unidades	3	R\$ 21,95	R\$ 65,85
8	Café preto (1L): Bebida de café coado, servida quente, com ou sem açúcar, acondicionada em garrafa térmica de 1 litro.	Litros	2	R\$ 17,99	R\$ 35,98
9	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes com peso mínimo de 5 kg, mantido em condições adequadas de higiene e conservação.	PCT.	5	R\$ 15,75	R\$ 78,75
10	Pratos Descartáveis Fundo, Diâmetro De 15 Cm, Embalado se Acondicionados Em Pacote Com 10 Unidades.	PCT.	4	R\$ 5,00	R\$ 20,00
11	Copos descartáveis com capacidade de 200 ml, acondicionados em pacote	PCT.	1	R\$ 7,99	R\$ 7,99



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

	contendo quantidade padrão de unidades, em embalagem adequada para conservação e higiene.				
12	Guardanapo de Papel Folha Simples 24cm x 22cm Pacote 50 Unidades	PCT.	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
13	Talheres descartáveis (garfo, faca e/ou colher), acondicionados em pacote, em embalagem adequada para conservação e higiene.	PCT.	2	R\$ 19,00	R\$ 38,00
14	Prestação de serviços compreendendo o transporte de materiais e equipamentos, montagem e organização do espaço, bem como desmontagem e limpeza final, garantindo adequadas condições de uso, higiene e conservação.	sv	1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
15	Prestação De Serviço Equipe De Apoio : Disponibilização de equipe para atendimento contínuo, durante todo o período de execução do serviço, garantindo suporte, organização e manutenção das condições adequadas do espaço.	Unidade	1	R\$ 320,32	R\$ 320,32
16	Pizza grande de sabor variado, preparada e acondicionada para consumo imediato, contendo aproximadamente 12 fatias.	Unidade	1	R\$ 67,50	R\$ 67,50
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 3.341,59</b>

## CAMARIM INTERMEDIÁRIO (24 itens)

Item	Nome	Unid	Quant	V. UNIT	V. Total
1	Decoração intermediário do espaço: composição intermediário com sofás de 02 e 03 lugares, mesas de apoio, freezer, cadeiras, tapetes e espelho de corpo inteiro, Tabua de passar roupas, balde de gelo, micro-ondas, sanduicheira,, organizada	SERV	1	R\$ 1.925,00	R\$ 1.925,00
2	Água mineral 500 ml: água potável de fonte natural, acondicionada em embalagem individual de 500 ml, própria para consumo imediato, sem gás, ideal para hidratação em eventos ou uso individual.	Unidades	60	R\$ 3,50	R\$ 210,00
3	Refrigerante em lata: bebida gaseificada, pronta para consumo, acondicionada em lata de alumínio (geralmente 350 ml), disponível em diversos sabores.	Unidades	36	R\$ 6,88	R\$ 247,68
4	Suco integral 1L: bebida natural obtida diretamente da fruta, sem adição de água, açúcares ou conservantes, preservando sabor e nutrientes originais.	Unidades	8	R\$ 14,82	R\$ 118,56
5	Cesta de frutas premium variadas, frescas selecionadas (ex.: banana, maçã, laranja, mamão, melancia, uva, abacaxi), próprias para consumo in natura, ricas em vitaminas, fibras e minerais, ideais para alimentação saudável .	UND	3	R\$ 115,00	R\$ 345,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

6	Sanduíche natural: alimento preparado com pão (integral ou branco), recheado com ingredientes leves e frescos, como frango desfiado, atum, queijo, alface, tomate e pastas. Pronto para consumo, de fácil transporte, ideal para refeições rápidas e s	Unidades	20	R\$	16,00	R\$	320,00
7	Bolos em diferentes sabores (tais como chocolate, baunilha, cenoura, frutas, entre outros), preparados com ingredientes de boa qualidade. Cada unidade com peso aproximado de 400 gramas,	Unidades	6	R\$	23,66	R\$	141,96
8	Café preto (1L): Bebida de café coado, servida quente, com ou sem açúcar, acondicionada em garrafa térmica de 1 litro.	Litros	3	R\$	17,99	R\$	53,97
9	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes com peso mínimo de 5 kg, mantido em condições adequadas de higiene e conservação.	PCT.	10	R\$	15,75	R\$	157,50
10	Pratos Descartáveis Fundo, Diâmetro De 15 Cm, Embalado se Acondicionados Em Pacote Com 10 Unidades.	PCT.	6	R\$	5,00	R\$	30,00
11	Copos descartáveis com capacidade de 200 ml, acondicionados em pacote contendo quantidade padrão de unidades, em embalagem adequada para conservação e higiene.	PCT.	2	R\$	7,99	R\$	15,98
12	Guardanapo de Papel Folha Simples 24cm x 22cm Pacote 50 Unidades	PCT.	1	R\$	6,00	R\$	6,00
13	Talheres descartáveis (garfo, faca e/ou colher), acondicionados em pacote, em embalagem adequada para conservação e higiene.	PCT.	4	R\$	19,00	R\$	76,00
14	Prestação de serviços compreendendo o transporte de materiais e equipamentos, montagem e organização do espaço, bem como desmontagem e limpeza final, garantindo adequadas condições de uso, higiene e conservação.	sv	1	R\$	853,00	R\$	853,00
15	Prestação De Serviço Equipe De Apoio : Disponibilização de equipe para atendimento contínuo, durante todo o período de execução do serviço, garantindo suporte, organização e manutenção das condições adequadas do espaço.	Unidade	1	R\$	450,00	R\$	450,00
16	Pizza grande de sabor variado, preparada e acondicionada para consumo imediato, contendo aproximadamente 12 fatias.	Unidades	5	R\$	67,50	R\$	337,50
17	Água de coco natural, acondicionada em embalagem de 200ml, própria para consumo imediato.	Unidades	20	R\$	7,60	R\$	152,00
18	Energético lata 250 ml, bebida energética gaseificada, acondicionada para consumo imediato.	Unidades	36	R\$	9,00	R\$	324,00
19	Mini salgados variados, fritos ou assados tipo festa, preparados com massa e recheios diversos, podendo incluir coxinha, quibe, risole, bolinha de queijo e enroladinho, acondicionados aquadamente	Centos	2	R\$	96,49	R\$	192,98



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

	para consumo imediato.				
20	Tábuas de frios variados, compostas por Queijos, Presunto Cozido, Salame, Azeitona E Tomate e outros frios selecionados, organizados e acondicionados adequadamente para consumo imediato.	Unidades	2	R\$ 191,00	R\$ 382,00
21	Bebida isotônica tipo Gatorade, acondicionada em embalagem plástica de 500 ml, própria para consumo imediato.	Unidades	36	R\$ 9,04	R\$ 325,44
22	Caixa de bombom sortido, contendo chocolates variados acondicionados em embalagem de 250g apropriada para consumo.	Caixas	2	R\$ 17,30	R\$ 34,60
23	Chiclete Trident, caixa com 21 unidades, sabores diversos, acondicionado em embalagem apropriada para consumo.	Caixa	1	R\$ 59,90	R\$ 59,90
24	Buffet com variedades de comidas quentes e frias, incluindo acompanhamentos, carnes, massas, saladas e guarnições diversas, servidas em rechauds para conservação da temperatura, preparado, organizado e acondicionado adequadamente para consumo imediato.	UND	20	R\$ 63,90	R\$ 1.278,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 8.037,07</b>

## CAMARIM PREMIUM (31 itens)

Item	Nome	Unid	Quant	V. UNIT	V. Total
1	Decoração de luxo do espaço composta por sofás de 02 e 03 lugares, mesas de apoio, cadeiras, poltronas acolchoadas, tapetes decorativos, espelho de corpo inteiro, freezer, balde de gelo, micro-ondas, sanduicheira, liquidificador e demais utensílios	SERV	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
2	Água mineral 500 ml: água potável de fonte natural, acondicionada em embalagem individual de 500 ml, própria para consumo imediato, sem gás, ideal para hidratação em eventos ou uso individual.	Unidades	48	R\$ 3,50	R\$ 168,00
3	Refrigerante em lata: bebida gaseificada, pronta para consumo, acondicionada em lata de alumínio (geralmente 350 ml), disponível em diversos sabores.	Unidades	36	R\$ 6,88	R\$ 247,68
4	Suco integral 1L: bebida natural obtida diretamente da fruta, sem adição de água, açúcares ou conservantes, preservando sabor e nutrientes originais.	Unidades	4	R\$ 19,30	R\$ 77,20
5	Bandejas de frutas premium variadas, frescas selecionadas (ex.: banana, maçã, laranja, mamão, melancia, uva, abacaxi), próprias para consumo in natura, ricas em vitaminas, fibras e minerais, ideais para alimentação saudável.	UND	2	R\$ 115,00	R\$ 230,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

6	Sanduíche natural: alimento preparado com pão (integral ou branco), recheado com ingredientes leves e frescos, como frango desfiado, atum, queijo, alface, tomate e pastas. Pronto para consumo, de fácil transporte, ideal para refeições rápidas e s	Unidades	15	R\$	18,00	R\$	270,00
7	Bolos gourmet em diferentes sabores (tais como chocolate, baunilha, cenoura, frutas, entre outros), preparados com ingredientes de boa qualidade. Cada unidade com peso aproximado de 400 gramas,	Unidades	3	R\$	35,90	R\$	107,70
8	Café preto (1L): Bebida de café coado, servida quente, com ou sem açúcar, acondicionada em garrafa térmica de 1 litro.	Litro	1	R\$	19,82	R\$	19,82
9	Gelo em cubos, acondicionado em pacotes com peso mínimo de 5 kg, mantido em condições adequadas de higiene e conservação.	PCT.	15	R\$	15,75	R\$	236,25
10	Locação de pratos de porcelana contendo pratos rasos, fundos e de sobremesa, em material resistente e com acabamento refinado para utilização em eventos.	UND	30	R\$	4,50	R\$	135,00
11	Fornecimento de copos long drink, taças e xícaras de porcelana para café, confeccionados em material resistente, de alta qualidade e apropriados para utilização em eventos, recepções, confraternizações e demais ocasiões institucionais.	UND	30	R\$	3,14	R\$	94,20
12	Guardanapo de Papel Folha Simples 24cm x 22cm Pacote 50 Unidades	PCT.	1	R\$	6,00	R\$	6,00
13	Fornecimento de talheres em inox (garfo, faca e colher), confeccionados em material resistente e adequados para utilização em eventos e recepções.	UND	30	R\$	2,30	R\$	69,00
14	Prestação de serviços compreendendo o transporte de materiais e equipamentos, montagem e organização do espaço, bem como desmontagem e limpeza final, garantindo adequadas condições de uso, higiene e conservação.	sv	1	R\$	925,00	R\$	925,00
15	Prestação De Serviço Equipe De Apoio : Disponibilização de equipe para atendimento contínuo, durante todo o período de execução do serviço, garantindo suporte, organização e manutenção das condições adequadas do espaço.	Unidade	1	R\$	602,27	R\$	602,27
16	Pizza gourmet grande de sabor variado, preparada e acondicionada para consumo imediato, contendo aproximadamente 12 fatias.	Unidades	3	R\$	79,00	R\$	237,00
17	Água de coco natural, acondicionada em embalagem de 200ml, própria para consumo imediato.	Unidades	25	R\$	11,59	R\$	289,75
18	Energético lata 250 ml, bebida energética gaseificada, acondicionada para consumo imediato.	Unidades	40	R\$	10,63	R\$	425,20



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

19	Mini salgados variados, fritos ou assados tipo festa, preparados com massa e recheios diversos, podendo incluir coxinha, quibe, risole, bolinha de queijo e enroladinho, acondicionados adequadamente para consumo imediato.	Centos	2	R\$ 96,49	R\$ 192,98
20	Tábuas de frios variados, compostas por Queijos, Presunto Cozido, Salame, Azeitona E Tomate e outros frios selecionados, organizados e acondicionados adequadamente para consumo imediato.	Unidades	2	R\$ 217,00	R\$ 434,00
21	Bebida isotônica tipo Gatorade, acondicionada em embalagem plástica de 500 ml, própria para consumo imediato.	Unidades	24	R\$ 9,04	R\$ 216,96
22	Caixa de bombom sortido, contendo chocolates variados acondicionados em embalagem de 250g apropriada para consumo.	Caixas	2	R\$ 17,30	R\$ 34,60
23	Chiclete Trident, caixa com 21 unidades, sabores diversos, acondicionado em embalagem apropriada para consumo.	Caixa	1	R\$ 59,90	R\$ 59,90
24	Leite integral UHT, embalagem de 01 litro, acondicionado em caixa longa vida, próprio para consumo	Litros	2	R\$ 8,69	R\$ 17,38
25	Barra de cereal, embalada individualmente, pronta para consumo, em sabores variados e acondicionada adequadamente.	UND	15	R\$ 2,33	R\$ 34,95
26	Doces gourmet variados, preparados com ingredientes de qualidade, acondicionados adequadamente e próprios para consumo em eventos e recepções.	Unidades	50	R\$ 2,50	R\$ 125,00
27	Toalhas brancas para camarim, confeccionadas em tecido macio e absorvente, próprias para uso em recepções, camarins e eventos.	Unidades	15	R\$ 7,65	R\$ 114,75
28	Mix de castanhas, embalagem de 01 kg, contendo castanhas variadas selecionadas, como castanha-de-caju, castanha-do-pará, amêndoas e nozes, acondicionadas adequadamente, próprias para consumo e ideais para eventos, recepções e camarins.	KG.	1	R\$ 144,75	R\$ 144,75
29	Pãozinho delícia sem recheio, preparado com massa leve e macia, acondicionado adequadamente e próprio para consumo em eventos e recepções.	Unidades	40	R\$ 1,56	R\$ 62,40
30	Água mineral com gás, acondicionada em garrafa de 500 ml, lacrada e própria para consumo humano, garantindo qualidade, higiene e conservação do produto.	Unidades	24	R\$ 4,00	R\$ 96,00
31	Buffet com variedades de comidas quentes e frias, incluindo acompanhamentos, carnes, massas, saladas e guarnições diversas, servidas em rechauds para conservação da temperatura, preparado, organizado e acondicionado adequadamente para consumo imediato	UND	30	R\$ 61,95	R\$ 1.858,50
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 10.232,24</b>



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## OBSERVAÇÃO

Os itens e quantitativos acima representam composição mínima estimada para cada categoria de camarim, podendo sofrer adequações conforme rider técnico das atrações artísticas, necessidade específica do evento e orientação da Administração Municipal, desde que mantido o padrão e equivalência da categoria contratada.

Os serviços compreenderão ainda montagem, organização, abastecimento, manutenção durante o evento e desmontagem completa dos camarins, incluindo todos os materiais, equipamentos, utensílios e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto contratual.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO II

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX

#### PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90013-2026

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172-2026

#### VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos XX (XX) dias do mês de XXXXX de 2025, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012./0001-75, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor XXXXXXXX XXXXXX XXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90013-2026, homologado em XX de XXXXX de 2025, Processo Administrativo nº 172-2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futuras e eventuais prestações de XXXXXXXXXXXXXXXX, especificada(s) no(s) item(ns) XX ao XX do Termo de Referência, *anexo I do edital de Licitação nº 90013-2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QNT	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1						
2						
.....	.....		.....	.....	.....	.....
VALOR GLOBAL						



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

### 3.1. O participante será apenas o seguinte órgão:

3.1.1. *Secretaria Municipal de Administração;*

### 3.2. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração;

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Município de Cocos-BA, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso da prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada



# MUNICÍPIO DE COCOS

dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



# MUNICÍPIO DE COCOS

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade



# MUNICÍPIO DE COCOS

gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



# MUNICÍPIO DE COCOS

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 021/2024, de 19 de março de 2024; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 021/2024.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocos-BA, XX de XXXXXX de 2026.

---

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

---

**XXXXXX XX XXXXXXXX**  
**CNPJ: XXXXXXXXXXXX**  
**DETENTORA DA ATA**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO III

### MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE  
CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE  
FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE  
COCOS - BAHIA E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE COCOS-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, registrado no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001/75, representado neste ato pelo Senhor Clewton Domingues de Souza, legalmente investido e no exercício pleno de Prefeito, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa XXXXXX XXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 172-2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90013-2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

...					
-----	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de xxxxxxxx contados do(a) ....., na forma do artigo XXX da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações da contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato, Termo de Referência e seus anexos.

8.1.2. Receber os serviços de ornamentação e buffet de camarins no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre falhas, irregularidades, inadequações, avarias ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios ou itens de ornamentação, para que sejam corrigidos, substituídos ou regularizados às suas expensas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto à conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e condições estabelecidas pela Administração Municipal.

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis.
- 8.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual.
- 8.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual.
- 8.1.9. Decidir, no prazo de até 30 (trinta) dias, os requerimentos apresentados pela Contratada, admitida prorrogação motivada por igual período.
- 8.1.10. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.11. Disponibilizar à Contratada as informações necessárias para execução dos serviços, incluindo datas, horários, locais dos eventos e demais orientações operacionais pertinentes.
- 8.1.12. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes da execução dos serviços ou da execução contratual.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.
- 9.1.2. Executar os serviços de ornamentação e buffet de camarins conforme as especificações técnicas, quantitativos, prazos, locais e condições estabelecidos na Ordem de Serviço.
- 9.1.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento das obrigações contratuais, devidamente justificados.
- 9.1.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato.
- 9.1.5. Corrigir, substituir ou regularizar, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, quaisquer serviços, alimentos, bebidas, mobiliários, utensílios ou itens de ornamentação que apresentem falhas, inadequações, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo transporte, montagem, abastecimento, manutenção, reposição e desmontagem dos camarins, garantindo adequada execução dos serviços até o recebimento definitivo pela Administração.
- 9.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços.
- 9.1.8. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos.
- 9.1.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

9.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e sanitárias decorrentes da execução contratual.

9.1.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução dos serviços.

9.1.12. Observar as normas técnicas, sanitárias, de higiene, segurança e qualidade aplicáveis aos serviços de buffet, manipulação de alimentos e execução da ornamentação.

9.1.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte, montagem, instalação, manuseio e desmontagem dos materiais, mobiliários e estruturas utilizadas nos camarins.

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

9.1.15. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.16. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

9.1.17. 8.2.17. Disponibilizar equipe suficiente e responsável técnico ou preposto para acompanhamento operacional durante a execução dos eventos, quando solicitado pela Administração Municipal.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.1.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cocos-BA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**02.02.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**13.392.010.2019 – Comemoração de Festividades**

**3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

*1500 - Fonte*

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cocos-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cocos-BA, xx de xxxxxxxx de 2026.

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXX**  
**CNPJ:**  
**CONTRATADA**